

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 10

A REVOLUÇÃO FRANCESA E A PENÍNSULA IBÉRICA



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1988

A INFLUÊNCIA INGLESA EM PORTUGAL

Documentos enviados ao Directório e Consulado
(1796-1801)

Propõe-se este trabalho analisar seis documentos que foram enviados às autoridades francesas entre 1796 e 1801, ou seja durante a vigência do Directório e do início do consulado napoleónico. Cinco são elaborados por franceses e o sexto, alegadamente, por um português, embora enviado por um francês. Facultam-se, também, alguns elementos biográficos acerca dos seus autores.

Todos os documentos estudados abordam, com perspectivas semelhantes, a influência inglesa em Portugal e a forma de a destruir. Existentes no Arquivo Histórico Militar de Vincennes (França), cobrem um período relativamente extenso das relações luso-francesas. Fazem, na sua maioria, parte de um acervo mais amplo do qual se seleccionaram os mais significativos (1). Dado que o seu conteúdo apresenta grandes afinidades entre si, pode afirmar-se que as opiniões aí expressas constituem uma corrente de opinião então existente em França. Para a compreensão do contexto em que estes documentos foram produzidos são expostos alguns dados e considerandos acerca do período.

O primeiro que se apresenta é da autoria de Quantan, que o intitula *Observations politiques sur le Portugal, et sur l'importance pour la France, de le détacher de l'alliance de l'Angleterre*, datado de 1796.

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

(1) Pub. por António Pedro Vicente, *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes referentes a Portugal*, Volume I, II, III, Paris, 1971, 1972, 1983.

Portugal, país outrora de grande esplendor e riqueza, de clima doce e fértil, país das descobertas que, sozinho, conseguiu libertar-se do domínio espanhol e que soube desdenhar a oferta de Colombo por ser um estrangeiro, está hoje em total paralisia e numa frieza letárgica. Perdeu a liberdade porque novos grilhões, mais difíceis de quebrar lhe foram impostos pela Inglaterra. Este país é, pois, o culpado de todas as suas desgraças porque atacou as necessidades vitais de um povo e lhe conquistou os mercados agrícolas e industriais.

Os sucessivos tratados, do tempo de Cromwell (1654) e Methuen (1703), levaram Portugal a depender totalmente da Inglaterra. Mesmo o ouro do Brasil é, em Inglaterra, transformado em objectos de luxo que depois são exportados. Os transportes comerciais são feitos em navios ingleses que, nos portos portugueses, auferem também, o lucro das comissões sobre as vendas. A Inglaterra é a única potência comparável à França, com a diferença de que aquela detém o domínio dos mares. O francês que em 1796, após as campanhas de Russilhão e Catalunha, assim se dirige às autoridades do seu país segue a linha geral de ideias subscritas pelos outros autores que nos ocupam. Quantan, mais explícito, no entanto, que os demais, vai ao ponto de enriquecer o seu documento com pormenores atestando grande conhecimento da história portuguesa e das interligações em que a política da época, colocava o nosso país. A Inglaterra com o seu domínio pode comprar aliados, traçar a neutralidade ou determinar a paz. Há que neutralizar os seus interesses através de «une promenade militaire» dirigida a Portugal. Aqui a França se devia dirigir para aniquilar a Inglaterra e, para, num só golpe, dado com vigor, resolver para sempre o maior problema francês.

Quantan de St Dcmingue, como se intitula, prevê um sucesso. Analisa a situação europeia, assinalando a razão porque os estados italianos, a Alemanha, a Holanda, a Prússia, a Dinamarca, a Suécia e a Rússia não se oporão ao «passeio» até Portugal. Tudo prevê: fronteiras a transpor, número de soldados necessários e, saindo do tom geral que transparece dos outros documentos que se publicam, aconselha o auxílio naval de Espanha, de momento aliada da França, e prevê a possibilidade de os ingleses, derrotados, se dirigirem ao Brasil. A Espanha só teria vantagens ao colocar-se ao lado da França, pois ficaria na posse de Gibraltar. Portugal, se resiste ao ímpeto francês, em relação ao Brasil, ou fica sem as minas aí situadas ou separa-se da Inglaterra.

As ideias exaradas que, repete-se, não se separam grandemente das expostas por outros franceses têm, para além de uma muito maior riqueza de pormenores, a sibilina afirmação

não só da necessidade de apoio naval, que a França descurou em todas as invasões, como a consideração da importância do Brasil no contexto do aniquilamento do domínio inglês em Portugal. Ambos estes dados não foram tomados em conta não só nas ameaças da época revolucionária como, mais tarde, a partir de 1807, na objectivação dessas ameaças.

Nas considerações que se fazem a propósito deste e dos demais documentos, tenta-se, precisamente, demonstrar a fraqueza da marinha francesa, face à do seu rival e a pouca ou nula importância concedida ao Brasil, como território passivo de albergar a coroa portuguesa e, por isso, de a preservar como futuro porto seguro para o comércio inglês, o qual ultrapassava, amplamente, como é óbvio, as interrelações com o mercado lusitano ou a ele afecto.

Dupuy, dá a conhecer ao Directório, em Março de 1799, a carta do seu amigo português «rico e com boas ligações» que considera o governo inglês o mais pérfido e que deseja retirar o seu país da servidão a que está sujeito. O ataque ao governo britânico deve ter lugar em Portugal. Considera a necessidade de elaboração, em Paris, da proclamação e outros escritos para distribuição prévia no território português e brasileiro, através de agentes secretos e aproveitando a ajuda de amigos do sistema republicano, que formam uma imensa cadeia. Também este autor, neste caso um republicano português, alude à necessidade de ocorrer ao Brasil para, aí, aniquilar a prepotência inglesa. A alusão aos simpatizantes do sistema republicano é dado a realçar. São, efectivamente, raras, ao tempo, menções desta natureza, prevalecendo o termo de afrancesado para classificar aquele que acolheu com satisfação o invasor ou que viu, nos soldados de Napoleão, os agentes da revolução da liberdade e da fraternidade.

Sousbielle, que em Abril de 1799 escreve ao ministro Bruix, afirma-se grande conhecedor de Portugal, país onde viveu 10 anos. Deseja, por patriotismo, pendor republicano e por alguns ressentimentos, servir a sua pátria, incorporando-se no exército que, como se previa, em breve atacaria Portugal. No documento, com relativa falta de interesse, alude aos seus amigos portugueses, insinuando a possibilidade de subornar um oficial desta nacionalidade. Aconselha Lisboa como cidade a atacar e os itinerários do Norte e do Sul que devem ser seguidos, pelo exército francês.

O ajudante geral Pocholle, «un vrai republicain», como o classifica o seu superior, General Huet, escreve, em 1800, ao Cônsul para enviar o seu *Project de descente en Portugal*, numa insistência, perante a falta de resposta que obtivera do Directório a quem remetera o mesmo projecto. Portugal é,

desde logo, classificado como «la vache au lait de l'Angleterre», país que, aí, sozinho, faz todo o comércio, aproveitando-se das suas ricas possessões na Índia e Brasil. Considerando a impossibilidade da invasão de Inglaterra, aconselha a sua destruição em Portugal. Aqui pode ser-lhe dada um golpe funesto, no ponto de vista comercial e deixá-la sem porto de abrigo, no Atlântico, para a sua esquadra naval e os seus navios mercantes, destinados às colónias e mediterrâneo. Este patriota tem noção da fraqueza marítima da França e propõe que os seus poucos barcos, atracados em Brest, ataquem as costas portuguesas de surpresa, num golpe de audácia. Essa frota navegaria sob pavilhão inglês para não ser reconhecida e contava, no caso de os ventos não lhe serem favoráveis, com a possibilidade de recolher os seus barcos em Cádiz ou noutra parte da costa espanhola que estava aberta aos franceses.

Para além de similitudes com anteriores documentos, no que diz respeito à necessidade de destruir o poder inglês através da subjugação de Portugal, Pocholle oferece-nos no seu *Project de descente en Portugal* um dado novo. O ataque devia processar-se somente através de via marítima. Descura pois, o que é caso singular, a invasão terrestre. Como outros destes solícitos patriotas, na mesma linha de pensamento que mais tarde iludiu Junot, pensa que os portugueses, não têm, para com os ingleses, sinais de reconhecimento.

Para o ex-legislador Mersan a República deve, mais do que nunca, estar interessada em destruir o domínio e influência do gabinete britânico e privar esse país de todas as vantagens que retira de Portugal. Estava-se no final de 1801. Em Lisboa, centro do comércio, devem convergir os exércitos combinados de França e Espanha.

Todos os escolhos possíveis, relacionados com possível revolta popular, esterilidade do território, más vias de comunicação, defesa proporcionada por Praças e fortes, serão superadas através das tácticas que aconselha. O êxito passa só a depender de boas combinações dos movimentos dos dois exércitos que, concentrados em Valladolid, marcharão para Portugal. Um dos corpos militares, entrando por Chaves, tomará conta do Porto. Pacificada esta cidade, parte do exército passará a margem esquerda do Douro e poderá reunir-se ao corpo que forçou Almeida. Unidos, convergirão sobre Lisboa. Assim se consumava, com êxito, este *Project d'une expédition en Portugal*.

O autor do último documento analisado *Expedition en Portugal*, devia conhecer já o exército português. Contra os seus soldados combatera no Russilhão e Catalunha, durante as campanhas de 1793-1795. Para este cirurgião militar a melhor maneira de dominar o poder financeiro da Inglaterra era reti-

A Influência Inglesa em Portugal

rar, à sua influência e ao seu governo, o Reino de Portugal — a colônia mais produtiva e a que mais contribuía para o seu imenso crédito. Napoleão, ocupado em reformas administrativas e na pacificação do seu país procurava a paz. Jean Baptiste Fray tem ideias originais em relação ao exército que prontamente devia atacar Portugal. Se por um lado os soldados franceses são necessários para a defesa interna, não deve descurar-se um ataque imediato a Portugal para tranquilidade do seu país, na medida em que, retirado o inglês de Portugal, a sua banca perde o crédito. A solução apontada consiste no recrutamento de habitantes dos 8 ou 9 departamentos, situados ao longo dos Pirinéus. Trata-se de uma população geralmente pouco apreciada para a guerra e, por isso, inaproveitada, em relação à qual o autor argumenta no sentido de a empregar nessa expedição, sem correr o risco de contribuir para a diminuição dos exércitos activos. Parte deste documento ocupa-se, assim, da observação sobre as características desses possíveis soldados, artifícios para os motivar à travessia do território espanhol, tipo de recompensas materiais e morais a conferir-lhes ou da linguagem a empregar na proclamação que o cônsul devia elaborar para lhes demonstrar os benefícios da campanha.

*
* * *

Quem são os subscritores destes textos e que justificaram esse estudo?

Falham-nos alguns dados sobre a situação pessoal de parte dos autores. Os elementos adquiridos são, contudo, na maioria dos casos, suficientes para a detecção de quem eram e, em que medida podem significar as suas afirmações. Assim, Quantan que, embora subscrevendo um trabalho que pelo seu interesse narrativo nos permite pensar em alguém que parte mais activa viesse a ter nos assuntos políticos da sua época, não justifica, no entanto, o direito à imposição do seu nome em qualquer dos dicionários biográficos que consultámos ⁽²⁾. Nos Arquivos Históricos de Guerra, situados em Vincennes, onde encontramos este e outros documentos, relativos a Portugal, também não aparecem referências a este autor. Resta um nome e a alusão a

⁽²⁾ *Idem*, «Um testemunho de 1796 sobre a situação de Portugal face ao domínio inglês», *Arquivos do Centro Cultural Português da Fundação Calouste Gulbenkian*, vol. IV, Paris, pp. 630-643, separata.

St Domingue, o que leva a supor ter tido ligação a um exercício de funções militares, administrativas ou comerciais na futura República Dominicana que, poucos anos antes, e segundo os princípios da Revolução Francesa, encetava as lutas de emancipação da escravatura que culminaram com a sua definitiva libertação da França, em 1808, após a tentativa de reposição do regime de servidão, por ordem directa do Primeiro Cônsul ⁽³⁾. Encontramos uma referência a um oficial, Pierre Quantan, que serviu, como voluntário, no exército americano de emancipação. Será o mesmo? ⁽⁴⁾.

Escreveu de Narbonne, em 18 de Agosto de 1796 e dirige o seu documento, acompanhado de uma carta, ao Cidadão Director ⁽⁵⁾. Em nota à margem das suas observações estão, em letra diversa, umas notas que as classificam como bem redigidas ⁽⁶⁾.

⁽³⁾ *Idem, ibidem*, p. 630.

⁽⁴⁾ Georges Six, *Les Généraux de la Révolution et de l'Empire*, Paris, 1947, p. 71.

Narbonne, le 1^{er} fructidor, 4^{ème} année
de la République française
(18 Agosto 1796)

⁽⁵⁾ Au Directoire Exécutif

Citoyen Directeur,

A l'époque de la paix avec l'Espagne, je vis la possibilité de détacher le Portugal de l'Angleterre. J'écrivis mes observations à ce projet.

Des circonstances particulières n'avaient empêché de leur donner de l'ordre. J'allais reprendre ce travail et le perfectionner lorsque des papiers publics ont annoncé que le Directoire s'occupait sérieusement de l'exécution de ce projet.

Quoique j'aye jugé qu'il était un peu tard pour soumettre mes observations au Gouvernement, que j'ai quitté la plume qu'après les avoir rapidement esquissées.

Je vous sou mets mon ouvrage; il ne peut qu'être imparfait, je l'ai jugé ainsi. Mais il peut y avoir quelque chose d'utile, et cette idée a répondu à toutes les objections que je m'étais faites. Le premier sentiment d'un Républicain doit être pour sa Patrie.

Permettez-moi, Citoyen Directeur, d'offrir à vos vertus et à votre dévouement à la chose publique, le juste tribu de respect et de reconnaissance qui vous est dû par tous les français.

Quantan de St Domingue,

António Pedro Vicente, *ob. cit.*, p. 631.

⁽⁶⁾ «Ces observations ont paru bien rédigées. L'auteur prouve que le Portugal est la source des richesses et de la puissance de l'Angleterre. Le moyen, selon lui, de rompre l'alliance de ces deux puissances, serait d'obtenir par la politique la réunion de la flotte espagnole à la notre, de faire stationner devant Lisbonne et Porto 30 vaisseaux qui interrompraient toute communication entre l'Angleterre et le Portugal, et de faire marcher ensuite une armée sur ce royaume, qui, étant privé de toute relation avec les Anglais, se verrait dénué de subsistan-

A Influência Inglesa em Portugal

Sobre Dupuy que em Março de 1799, ainda durante a regência do Directório, escrevia ao Ministro da Marinha e das Colónias, também não existem traços biográficos (7). As investigações efectuadas nos arquivos franceses e portugueses não proporcionaram dados, assinalando a sua existência. Fica-se, tão só, com a designação que o próprio documento assinala: oficial de administração em missão em todos os postos da Província de Guipuzcoa. O documento a que se alude é, nas palavras de Dupuy, elaborado por um português, concerteza, desejoso de receber, no seu país, os exércitos franceses (8). Aí transmite a profunda impressão que lhe causou o encontro que teve com o citado indivíduo e, do qual, nos afirma ser «un homme fort riche et qui a des liaisons à la cour du Portugal». Envia, com a sua devoção pela República, ao ministro, que considera seu chefe, os elementos, posteriormente elaborados em Lisboa, que o português lhe dirigiu, no próprio local em que se encontrava em missão (9).

ces et d'approvisionnements militaires, et bientôt forcé de se soumettre à nos troupes»; *Idem, ibidem*, p. 632.

(7) O regime do Directório estabeleceu-se em França em 1795 (26 de Outubro). Na sua história contam-se 3 períodos. O último terminou após o golpe de 18 de Brumário (10 de Novembro de 1799).

(8) António Pedro Vicente, *Manuscritos do Arquivo Histórico de Vincennes*, vol. I, Paris, 1971, pp. 131 e ss.

(9) [7 mars 1799]

Saint Sébastien Le 17 Ventose an 7 de la République Française une & Indivisible

Dupuy officier d'administration en Mission dans tous les Ports de la Province du Guipuzcoa

Au citoyen Bruix Ministre de la Marine & des Colonies.

Citoyen Ministre

Je m'empresse de vous transmettre copie d'une lettre qui ma été Écrite par un individu Portugais intime ami de notre Gouvernement, les détails qu'elle renferme, consernent le Ministre de la Guerre, mais je me suis imposé le devoir de vous l'adresser comme mon Chef, étant convaincû que vous en donneré, tout comme tout autre Ministre, connaissance san perte de temps, si vous la jugez apropros, au Directoire Exécutif.

Je dois vous dire aussi, Citoyen Ministre, que quoique la lettre soit dattée de Lisbonne, elle á été ecrite par ce même Individu dans la Province du Guipuzcoa ou je suis en mission, par votre ordre. Le Jour qu'il me demanda un Entretien, il dévelopa de grands moyens et m'assura qu'il pouvait compter sur un parti très conséquent dans toute les classes possibles, à partir du Militaire, jusqua au clergé. il fut même jusqua á me dire que si mon gouvernement était dans l'intention de marcher sur le portugal, il se chargeait de présenter un Plan Général, même plus que si le Directoire Exécutif exigeait à son país des Portugais de la premiere distinction, il se rendrait de suite à Paris.

Je reçue ce Portugais avec cette modestie qui caracterise un Républicain, je mis même une espèce d'insouciance au langage qu'il me

O ministro da Marinha e das Colónias (cidadão Bruix) remete (14 de Março de 1799) os documentos recebidos, ao Ministro da Guerra (10).

Também sobre Sousbielle não se apuraram dados biográficos. Apenas o nome que assina a «Memória» e a designação de «cultivateur», que alguém acrescentou ao nome do manuscrito original. Parece ter vivido em Portugal durante alguns anos. É o próprio que alude a essa estadia, a propósito de uma dívida que Portugal teria para com ele. Aliás, as suas informações demonstram um razoável conhecimento do Reino. A missiva provém do Cantão de Navareux, no Departamento dos Baixos Pirinéus e foi escrita em 21 de Abril de 1799 (11). Aí menciona as conversações que estabeleceu, um ano antes, com o Comandante Frégeville do Conselho dos 500 e com o General Castelbert, sobre o exército que a República devia enviar a Portugal (12).

tenait quoique je sentisse qu'il ne respirait que faire dégager son pays de la servitude ou il se trouve sous les Anglais; néanmoins sans lui donner plein accès je l'engageai à m'écrire, sans lui donner l'avantage de savoir l'uzage que je ferai de sa lettre, sauf à la bien réfléchir, pour savoir si je me permettrai de vous l'adresser pour la faire connaître au Directoire Exécutif.

Votre expérience bien connue Citoyen Ministre, vous fera juger facilement le cas que vous devez faire de cette Lettre, et j'espère qu'au retour du courrier je recevrai vos ordres qui dicteront la conduite que j'ai à tenir, avec ce Portugais qui ma demandé le plus grand secret, c'est ce donc je lui ai promis, si je ne fais pas uzage de sa lettre et si mon Gouvernement ne veut point tirer quelque avantage de son Plan, car dans l'autre cas, il se présentera lui même á Paris: J'ai sue indirectement que c'est un homme fort riche et qui a de grandes liaisons á la Cour de Portugal.

Salut & Respect
Dupuy

Ordonné Citoyen, Ministre, le dévouement bien prononcé que j'ai pour la République est bien connu de tous mes Chefs vous assure d'avance de ma sirconspection et de tout mon zèle.

Dupuy

Idem, ibidem.

(10) «Je vous remets, ci-joint, mon cher collègue, un lettre qui m'a été adressée par le Cm. Dupuy, officier de l'administration. Elle contient des détails et des renseignements que vous seront peut-etre de quelque utilité», *idem, ibidem.*

(11) *Idem, ibidem*, pp. 139 e ss.

(12) Deve referir-se ao general Frégeville, um dos oficiais perententes à nobreza que serviram durante a Revolução e o Império. O General Castelbort, quando jovem oficial, esteve ao serviço do exército holandês. Georges Six, *ob. cit.*, pp. 28 e 72.

A Influência Inglesa em Portugal

Quanto ao Inspector General Pocholle são largas as referências encontradas ⁽¹³⁾. Tendo entrado ao serviço em 1780, serviu na Marinha até 1792, tomando parte em diversas campanhas. A partir desta data comandou, como *adjutant général*, diversos departamentos e, com o mesmo posto, colaborou, em campo de batalha, com os generais Marceau, Kléber e Tilly ⁽¹⁴⁾. Envia o seu *Projet de Descente au Portugal*, ao 1.º cônsul, em 14 de Julho de 1800 ⁽¹⁵⁾. Uma carta acompanha este documento onde o autor se classifica como «un militaire, qui ne reve qu'aux moyens de pouvoir être utile a son pays, qui brule du désir de le servir, et s'étonne a son age, et après ces services de rester dans l'inaction» ⁽¹⁶⁾.

O autor do *Projet d'une expédition en Portugal* é um tal Mersan, ex-legislador, como a si próprio se intitula, morador

⁽¹³⁾ *Idem, ibidem*, pp. 151 e ss.

⁽¹⁴⁾ Sobre a sua conduta e serviços prestados pronuncia-se um seu superior, general Huet: «L'adjutant Général Pocholle depuis qu'il sert sous mes ordres s'est toujours comporté en honnête homme et en vrai républicain... employé comme inspecteur des côtes de la 15eme division se livre tout entier aux fonctions de sa Place, connaît bien ses devoirs, fait faire le service avec la plus grande exactitude, et exécute avec zèle tous les ordres qui lui sont transmises». *Idem, ibidem*.

⁽¹⁵⁾ *Idem, ibidem*.

⁽¹⁶⁾

Paris le 25 Messidor an 8 de la republique française (14 Juillet 1800)

Pocholle adt. général reformé au Général Buonaparte 1^{er} consul de la republique française

Général Consul

Les armées françaises, ont vaincu a Maringo, tous les commandiers la victoire ne pouvait être douteuse.

Vous avez regretté sur le champ de Bataille, de ne pouvoir partager les (*illisible*) des braves tomber a vos côtes, et moi j'ai regretté de n'avoir pas été allez heureux, pour partager vos dangers.

Compris dans le nombre des officiers reformés, je me suis occupé dans mes momments de loisirs d'un projet de descente en portugal, je l'ai donné pour être dans le temp présenté au Directoire, j'ignore si il l'a été, mais je prends la liberté de vous l'envoyer, tel que je l'avait conçu dans le temp, si dans les circonstances actuelles il peut être mis a execution je m'offre d'en démontrer plus amplement la possibilité.

Si vous jugez dans votre sagesse qu'il ne peut s'effectuer, je vous prie de pardonner, a l'intention d'un militaire, qui ne reve qu'aux moyens de pouvoir être utile a son pays, qui brule du desir de le servir, et sétonne a son age, et après ces services, de rester dans l'inaction.

Salut et respects

Pocholle

adj général

Idem, ibidem.

em Paris na rue de Grenelle (17). De seu nome completo Denis François Moreau de Mersan, para além do fervor patriótico que patenteia nas poucas intervenções que faz como legislador, pouco mais se sabe (18).

Jean Baptiste Fray, de que se apresenta um documento com o título *Expédition en Portugal* (19) nasceu em 1764, no Departamento de Haute-Vienne e assentou praça em 24 de Junho de 1785, como cirurgião-mór. A partir de 1792 é Comissário de Guerra e terminou a sua carreira de médico militar em 1819, como Comissário Ordenador. Em Maio de 1793 fez parte do exército dos Pirinéus Ocidentais tendo, aí, organizado o serviço dos hospitais (20).

*
* * *

Para melhor compreensão do conteúdo destes textos importa estabelecer alguns considerandos sobre a situação de Portugal face às potências europeias. Assim, melhor se analisam e clarificam as circunstâncias em que foram produzidos. Verifica-se a notável previsão dos acontecimentos que se iriam produzir mais de um decénio após a data em que o primeiro foi elaborado.

Durante esse período Portugal procurou, tenazmente, a impossível neutralidade. Optou, em 1807, por se colocar sob a protecção de um dos contendores. Com o seu auxílio criaram-se, em breve, condições para uma certa emancipação e, a médio prazo, o peso de uma tutela, produziu as circunstâncias que vieram a culminar na Revolução Liberal de 1820.

Um estudo mais amplo deve analisar com justeza o papel da influência inglesa na sociedade portuguesa. Deve fazê-lo sem o tom simplista de quem determina todos os atrasos, todos os males e subserviências como derivadas dessa influência. Mas, também, sem omitir até que ponto a pressão do poder económico e político britânico foi uma travagem ao desenvolvimento de alguns sectores da sociedade portuguesa.

(17) *Idem, ibidem*, pp. 157 e ss.

(18) *Idem, ibidem*.

(19) *Idem, ibidem*, pp. 175 e ss.

(20) *Idem, ibidem*.

A Influência Inglesa em Portugal

*
* *

Em Espanha e Portugal os governos tomaram, a partir de 1789, medidas rigorosas para impedir toda a propaganda revolucionária. No primeiro destes países alguns liberais intentaram, desde França, a penetração de ideias revolucionárias, mas intransponíveis barreiras coarctaram as suas intenções. Nos finais do século XVIII pequenos grupos de contestação viram sucumbir a sua acção face à justiça do Poder em Espanha. O poder eclesiástico, o analfabetismo e uma burguesia sem força activa explicam, tanto em Espanha como em Portugal, uma extraordinária resistência à penetração dos novos ideais. A Revolução Francesa tivera, de início, pelo menos nalguns sectores da administração portuguesa, bom acolhimento. Nos officios de D. Vicente de Sousa Coutinho, embaixador português em Paris, patenteia-se uma certa admiração pelos capítulos dos procuradores aos Estados Gerais. Antevia como simpática a mudança que se estava a processar em relação a instituições centenárias: a liberdade política e civil, a superintendência do Estado nos bens da Igreja e a reforma civil e criminal.

O diplomata ia ao ponto de criticar o silêncio de Luís XVI perante as vozes reformadoras dos franceses. Em 19 de Junho de 1789 escrevia a propósito da proclamação da Assembleia Nacional: «Decisão que será sempre memorável na história de toda a França... recuperada desta maneira virá a ser uma das mais formidáveis da Europa» (21).

O ministro da guerra e negócios estrangeiros de Portugal, Luís Pinto de Sousa Coutinho tinha, pois, motivos para pensar que os ideais reformistas que vinham sendo impostos a Luís XVI abriam o caminho para a instituição, em França, de um regime parlamentar paralelo, ou ao menos semelhante, ao existente em Inglaterra. Eram boas as razões da conjectura. As notícias entusiásticas que lhe eram dirigidas de Paris pelo nosso embaixador, assim como as palavras expressas na correspondência diplomática dos colegas, mostravam aberta simpatia pelos primeiros movimentos revolucionários. Só que os acontecimentos tomaram nova configuração quando, em Agosto de 1792, se conheceu em Paris o manifesto de Brunswick. O povo invade as Tulherias e revolta-se contra o rei. Na ocasião já muitos dos soberanos europeus tinham compreendido que a Revolução era um perigo para a manutenção das

(21) Latino Coelho, *História Política e Militar de Portugal desde os fins do século XVIII até 1814*, tomo II, Lisboa, 1885, p. 153.

suas Coroas. Em muitas capitais avoluma-se o medo das conseqüências que traria, ao Poder estabelecido, a saída, através das fronteiras da França, dos princípios revolucionários.

Já antes desta data, a *Gazeta de Lisboa*, o maior órgão informativo português, havia deixado de publicar as «Cartas de Paris», onde transpareciam notícias de índole política. Também antes de 1790, o ministro José de Seabra da Silva tinha ameaçado a Mesa para o Exame e Censura dos Livros, de «pôr em seu lugar uma nova e mais severa jurisdição» (22). A revolução não era apenas uma mudança na vida das instituições de governo, mas uma ruptura com elas no estabelecimento de uma nova ordem.

*
* *

O tom geral de sobressalto parece ter entrado em Portugal pela via inglesa. O mais antigo aliado de Portugal que tinha, nos primeiros anos da Revolução, seguido uma política de neutralidade, muda a sua atitude e vem a romper com a França, após o 21 de Janeiro de 1793, quando a Convenção condenou Luís XVI à guilhotina. Em Espanha o controle de fronteiras a partir de 1789 endurecera. Alguns jornais ou livros haviam de penetrar, mas não em número suficiente para engrossar o pequeno número dos adeptos das «luzes». Conhece-se o apelo à *La nación Española*, impresso em Bayonne. Também se conhecem exemplares manuscritos da «Declaração dos Direitos do Homem», mas a divulgação de ambos panfletos teria sido aí restrito e, em Portugal ainda mais. Poderosas forças se elevavam a contrariar qualquer movimento social, semelhante aos que haviam tido lugar, com mais ou menos força, noutros países da Europa.

Após 1793 não mais se observa um momento de descanso na política de relações externas portuguesas ou espanholas. Em Julho desse ano assina-se, em Madrid, um tratado que tinha em vista o mútuo auxílio das nações da Península Ibérica contra a França. Com a Grã-Bretanha, dois meses passados, assinou-se um tratado de recíproca protecção e defesa. A Espanha entra em guerra com a França em 1793. As tropas francesas penetram em Espanha pelos Pirinéus, iniciando as chamadas campanhas do Russilhão e Catalunha, em que Portugal colaborou com o país vizinho. Se o tratado de Basileia, de 22 de Julho de 1795, restabelece a paz entre a Espanha e a

(22) *Idem, ibidem*, p. 179.

A Influência Inglesa em Portugal

França e, um ano depois, uma aliança se conclui entre os dois países o período que decorre até às primeiras invasões francesas da península, caracteriza-se por uma reacção, a todos os níveis, ao espírito da Revolução Francesa. É geral o sentimento de combate à penetração da nova ideologia política e social. Assim se explica o carácter de guerra santa com que alguns historiadores franceses classificam a tenaz resistência de uma massa refractária às novas ideias perante o pequeno número de esclarecidos que, tanto em Espanha como em Portugal, pouco significaram.

*
* *

Uma nova situação se criou e que terá grande influência no futuro histórico do Brasil. Reinava D. Maria I quando as repercussões da Revolução Francesa começaram a determinar a política externa de Portugal e de outros países europeus. Em 1792, D. João, Príncipe do Brasil, passou a exercer as funções majestáticas em nome de sua mãe. Pouco depois registava-se a reacção de Portugal para com a Convenção.

As acções militares de 1793-1795, nos Pirinéus, em que Portugal se coliga à Espanha contra a França são determinantes no contexto político que se projecta em 1807 e que veio determinar a partida da corte para o Brasil. Se, por um lado, o governo do Príncipe Regente entendia que a neutralidade era a melhor política, por muitas decisões internacionais serem tomadas sem o conhecimento da coroa portuguesa, por outro lado, o «girar no turbilhão das potências beligerantes» contribuía para actos, sem uma definição de posições e, por consequência, abrindo perspectivas para um estado de luta armada. A paz entre Espanha e França deixava Portugal em situação difícil. Em 1797 negociou-se em Paris uma trégua, mas o acordo foi desautorizado pelo Príncipe Regente, que o considerou lesivo dos interesses portugueses no Brasil, e assim se renovaram as hostilidades, prosseguindo a situação de guerra marítima.

O golpe de Estado de 18 de Brumário, que entregou a Bonaparte a chefia política da França, anuncia um aparente período de paz que, em breve, seria posto em causa. Fazem-se e desfazem-se as alianças na Europa. Em Setembro de 1799, Portugal assinou um pacto de amizade com a Rússia, que mais deteriorou as relações entre a Espanha e Portugal. Carlos IV de Espanha, apesar dos laços de sangue que o uniam à corte portuguesa, não perdoava a forte ligação de Portugal com a Inglaterra. Em 20 de Maio de 1801 Portugal viu-se invadido por forças espanholas e francesas, através da sua fronteira

alentejana, numa acção que viria a ser conhecida como a «Guerra das Laranjas». Em 29 de Setembro de 1801 assinou-se um tratado de paz, bastante pesado para os portugueses, que provocou a cessão da praça de Olivença a favor de Espanha e da Guiana em favor da França.

*
* *

No início do século XIX teve a França dois embaixadores em Lisboa, que pretendiam afastar Portugal da tutela inglesa. Lannes e, depois, Junot, não esmoreciam nas tentativas de neutralidade que arrastavam pesadas obrigações de ordem material. Quando da residência de Junot, em fins de 1805, a neutralidade mantinha-se em estado periclitante e a França continuava a receber as indemnizações monetárias com que Portugal a tentava manter. As intimações de exigência de ruptura com a Inglaterra, por parte do embaixador, consubstanciando-se no fecho de portos portugueses a navios ingleses, respondia o governo português com os mesmos argumentos: «a monarquia portuguesa compõe-se de estados espalhados nas quatro partes do globo que ficariam inteiramente expostos, no caso de uma guerra com a Grã-Bretanha» (23).

Em Janeiro de 1806 já a Espanha fizera reunir um exército nas fronteiras de Estremadura e ameaçava o Alentejo, certa de que o seu vizinho não se poderia manter muito tempo no estado de neutralidade. O êxito de Napoleão nas campanhas do continente permitia-lhe recorrer a meios de força para obrigar a Inglaterra a fazer a paz com a França, sendo um deles o de fechar os portos portugueses a todos os navios ingleses. Se um pequeno adiamento ocorreu, em parte derivado da coligação contra a França e de mudanças de política na Itália, o rompimento da neutralidade era um facto esperado. Consumada a vitória de Iena contra os prussianos, decretou-se em Bailen, em Outubro de 1806, o estado de bloqueio às ilhas britânicas. Consumava-se, assim, o preâmbulo da invasão de Portugal como consequência natural dos triunfos franceses e como forma de aniquilar o poderio da Grã-Bretanha. O governo de Lisboa foi notificado das imposições francesas a que devia sujeitar-se. A exigência era natural, quer pela sua posição geográfica, importante para a guerra naval, quer pelas ligações económicas à Inglaterra.

(23) Júdice Bicker, *Suplemento à Collecção de Tratados*, tomo XIV, Lisboa, 1879, p. 199.

A Influência Inglesa em Portugal

O governo português, em Setembro de 1807, dava uma aparente adesão ao Bloqueio Continental. Um mês antes assinava-se o Tratado de Fontainebleau, que estipulava as condições da invasão e ocupação de Portugal. Já em Baiona um exército francês se preparava, com a aquiescência de Espanha, para atravessar este reino em direcção à fronteira portuguesa. Saía-se de um estado de tensão para se entrar num estado de guerra. No período que precedeu a primeira invasão francesa, o governo de Saint James respondia aos pedidos de auxílio vindos de Portugal e declarava que não permitia qualquer acto hostil contra os ingleses residentes em Portugal. Mas, evasivo no auxílio, «prometia e declarava, sem hesitação ao regente, o apoio naval suficiente para a transferência do governo de Lisboa para o Rio de Janeiro».

A ocupação do território português ia agora consumir-se com a primeira das Invasões Francesas e a posterior ocupação do país por duas outras invasões, respectivamente, em 1808 e 1810. O país ficaria mais empobrecido e nem a consolação das vitórias dos exércitos anglo-lusos lhe trouxe melhorias. Portugal viveria até à revolução liberal de 1820 um clima de guerra ou de dissabores de vária ordem. Nestas se contam a ausência da família real e a influência do marechal Beresford na Regência. A ele se reconhece o valioso auxílio prestado na expulsão dos franceses, mas não deixa de ser um estrangeiro a governar. Por fim, a Inglaterra procurou extrair as maiores vantagens de ordem política e comercial, dada a protecção militar que concedera ao seu velho aliado.

No dia 29 de Novembro de 1807 fizeram-se os navios à vela para o Novo Mundo. Essa viagem viria a ter um extraordinário significado na história do Brasil. Pinto de Aguiar, no estudo *A Abertura dos Portos do Brasil*, vai ao ponto de afirmar que, com essa mudança, e ainda através de uma série de medidas de natureza económica que atendem a um processo já iniciado, se aglutinaram vários movimentos que, irrompendo no de Pernambuco e em posteriores levantamentos, haveriam de escrever «as imorredouras páginas da independência» do Brasil.

Na verdade, quando em 8 de Março de 1808 a família real chegou ao Rio de Janeiro, tinha início a última etape de um processo autonomista que culminou na independência política do Brasil. O príncipe D. João era o testemunho vivo das transformações que, vindas do último quartel do século XVIII, determinaram um longo período de reajuste, com alternativas de movimentos reformistas e rupturas revolucionárias. Coincidindo com a superação dos regimes absolutos em Portugal e

Espanha, iriam ter lugar os movimentos de emancipação no domínio colonial europeu.

A monarquia portuguesa embora «esclarecida» com Pombal, tornara-se mais absoluta que a espanhola. Apesar da existência de lojas maçónicas, marcantes desde os finais do século XVIII, Portugal era mais impenetrável que o seu vizinho a qualquer forma de propaganda revolucionária. No campo da política exterior, Portugal mantinha-se fiel desde 1386 à aliança com a Inglaterra, com laços reforçados na Restauração (1661) e no Tratado de Methuen (1703). Com justeza afirma Jacques Godechot que os portugueses continuavam agora prontos a seguir «como uma chalupa a esteira do navio de linha britânico» (24).

*
* *

No tratado anglo-luso de 1807, que determinou a transferência da Família Real para o Brasil, a Inglaterra previa já a eventualidade do fecho dos portos portugueses aos seus navios. Aí se convencionou, também, que seria aberto um porto na ilha de Santa Catarina ou noutro ponto da costa do Brasil, pelo qual se poderiam importar, em navios britânicos, as mercadorias portuguesas e inglesas, pagando os mesmos direitos até então vigentes em Portugal (25). Este documento e o firmado na Baía em Janeiro de 1810, foram o gérmen do tratado de 19 de Fevereiro do mesmo ano, estabelecendo que os portos do Brasil eram abertos às nações amigas. Se, por um lado, o documento estabelecia uma base para a autonomia económica do Brasil, veio a ter consequências para a economia portuguesa e ultramarina.

Oliveira Lima, no estudo *D. João VI no Brasil*, mostra que o tratado foi inequivocamente favorável à Inglaterra a quem abria um maior projecto imperialista (26). Não apenas a metrópole veio a sofrer o exagerado protecçãoismo concedido às manufacturas britânicas, como o Brasil abriu, de par em par, as portas ao comércio inglês, sem as necessárias compensações naquele país, onde o açúcar e o café não podiam competir com os produtos idênticos vindos das colónias inglesas. Quando, em 1815, se assinou a paz com a França e esta voltou a nego-

(24) Jacques Godechot, *Europa e America no tempo de Napoleão*, S. Paulo, 1984, p. 148.

(25) Hélio Viana, *História do Brasil*, S. Paulo, 1975, p. 373.

(26) Vol. II, Rio de Janeiro e São Paulo, 1945, cap. IV, pp. 385 e ss.

A Influência Inglesa em Portugal

ciar com Portugal, reconheceu-se quanto o Tratado de 1810 lesara os nossos interesses comerciais, diminuindo a produção de manufacturas e provocando o desemprego da massa artesanal. As mesmas consequências atingiram também a burguesia, a partir de 1815, em particular o comércio duriense, podendo assim ser encaradas como causas longínquas da revolução de 1820.

*
* * *

Todos os documentos analisados para a elaboração deste trabalho são unânimes na necessidade de, em Portugal e através da sua conquista se aniquilar o domínio comercial de Inglaterra. A questão não é nova e o próprio Bloqueio Continental, formalizado em 1806, tem antecedentes. Não se descurem, pois, razões e motivos de ordem económica para explicarem os acontecimentos políticos e militares que vêm a determinar a ocupação de Portugal e, conseqüentemente, o possível controle dos seus territórios ultramarinos, com saliência para o Brasil. Efectivamente, o Bloqueio, de há muito pensado, pressupunha a existência de Inglaterra como o país que mantinha a liderança da produção industrial e do fornecimento dos produtos coloniais do seu próprio império e que, necessariamente, deseja controlar a redistribuição da produção das colónias portuguesas. Enquanto todo o império português fornecia à metrópole cerca de 15% das suas importações coloniais, só do Brasil vinham 85%. Por sua vez, quase metade das exportações portuguesas era constituída por produtos brasileiros transformados e reexportados. Para o Brasil seguiam, no final do século XVIII, 80% dos envios para as colónias, embora grande parte da matéria exportada fosse de origem inglesa ⁽²⁷⁾.

Deve, pois, analisar-se a pretendida adesão de Portugal ao sistema económico napoleónico na sua relação interna com a colónia brasileira e com os proveitos que, desde há muito, a Inglaterra auferia da sua estreita ligação e controle da economia portuguesa. A consumação da política francesa neste caso faria com que a Inglaterra não mais dominasse a exportação dos produtos provenientes das colónias portuguesas, perdesse um enorme mercado de produtos manufacturados, possibilitando uma maior entrada da produção colonial portuguesa na Europa continental, num momento em que o algodão do Brasil fazia falta às manufacturas inglesas, até há pouco *fornecidas* pela América do Norte.

⁽²⁷⁾ Roberto Simonsen, *História Económica do Brasil*, S. Paulo, 1937, vol. II, p. 198.

*
* *

Portugal, às primeiras intimações de corte com a Inglaterra, vacila. Se, por um lado, o poderio francês no continente fosse de temer e, daí as atitudes túbias e os pesados encargos suportados para a compra da aparente neutralidade, não tinha outro caminho a seguir que não fosse a hipótese de guerra, ao lado de quem dominava o mar. Os interesses lusos, perante a realidade do tráfego ultramarino, não deixariam de se impôr na hora da verdade, em 1807.

Era natural que no caso de ataque aos portos da metrópole, após o Bloqueio Continental, conhecidas as intenções francesas, os mais prudentes estadistas portugueses reavivassem os antigos projectos de mudança de corte para o Brasil. O embarque da Família Real, na véspera da entrada das primeiras tropas francesas, insere-se pois, num pensamento que não era novo na história portuguesa. A colónia possuía todas as condições não apenas para uma estável fixação, como para a construção de um verdadeiro império. De longe vinham as ideias a este respeito. Aludindo às mais recentes, lembremos as determinadas pela França revolucionária impondo, em 1796 o fecho dos portos. Em 1801, materializado o avassalamento napoleónico da Europa, o Marquês de Alorna afirmara numa exposição ao Príncipe: «Vossa Alteza Real tem um grande império no Brasil, e o mesmo inimigo que ataca agora com tanta vantagem talvez trema e mude de projecto, se V.A.R. o ameaçar de que se dispõe a ser imperador naquele vasto território adonde pode facilmente conquistar as colónias espanholas e aterrar em pouco tempo as de todas as potências da Europa» (28).

Recorde-se também o que foi estipulado no tratado de paz de 1801 que se seguiu à invasão de Portugal pela Espanha, coligada à França; aí se consignava o encerramento dos portos aos navios ingleses. Em 1803, o embaixador Lannes, entregava uma carta ao responsável português dos negócios estrangeiros pedindo o encerramento dos portos portugueses à navegação inglesa (29). Nesse mesmo ano, o Conde de Linhares apresentara uma memória ao Regente para a transformação da colónia em estado imperial. Em 1806, depois da derrota de Trafalgar, Talleyrand ameaça a Inglaterra com a declaração de guerra a Portugal se não se declarasse a paz.

(28) Cit. por Pinto de Aguiar, *A Abertura dos Portos do Brasil*, São Salvador, 1960.

(29) Luz Soriano, *História da Guerra Civil e do Estabelecimento do Regime Parlamentar em Portugal*, 1.ª parte, 3.º volume, documento III.

A Influência Inglesa em Portugal

Mesmo depois da decisão napoleónica de 21 de Novembro de 1806, proclamada em Berlim e após as vitórias de Ulm, Austerlitz e Yena, Portugal parece não atribuir maior importância às directrizes galas e assim se explica que, durante o decorrer de quase todo o ano de 1807, os seus barcos continuassem a dirigir-se a Inglaterra, os seus portos continuassem a receber transportes com matrícula inglesa, os arsenais a recolher e reparar navios dessa nacionalidade ⁽³⁰⁾.

Se alguma hesitação ainda se fez sentir, os factos trataram de demover a família real quando, em 13 de Outubro de 1807, Napoleão afirmou em Fontainebleau que «a casa de Bragança cessara de reinar». E, mais ainda, ao chegar a notícia a Lisboa, em 28 de Novembro do mesmo ano, de que as tropas francesas de Junot haviam transposto a fronteira do Tejo.

A intervenção da França em Portugal objectiva-se com o fim de fechar o continente europeu às mercadorias de origem inglesa, tendo em vista obrigar esse país a uma subordinação, uma vez que sofria algum dano o seu aparelho comercial de escoamento dos produtos elaborados em boas condições técnicas. O porto de Lisboa, pela sua excelente posição, era um bom logradouro e ponto de passagem entre a Europa e a África e a América. Por isso Napoleão deu ordens a Junot para, em Lisboa, pôr em prática esse bloqueio. Iniciada a campanha, Portugal veria, necessariamente, diminuir a massa principal dos frequentadores de seus portos: os portugueses controlados e os ingleses impedidos. Escassos meses se manteve a situação dado o breve desembarque dos aliados que reabrem os portos e restabelecem o tráfego. A ida do Rei para o Brasil, outra consequência da invasão determinada pelo Bloqueio, veio, como se afirmou, trazer novas vantagens para Inglaterra. Uma delas, talvez a principal, consubstancia-se na futura abertura dos portos brasileiros ao comércio directo com a Inglaterra. As consequências, pois, do primitivo desejo gorado vêm a culminar numa maior ligação económica de Portugal a esse país. Não esquecemos também os benefícios que a Inglaterra, interessada ou cumprindo obrigações inerentes aos seus compromissos morais, retirou do facto de ter ajudado Portugal nas três invasões napoleónicas.

Como afirma Borges de Macedo, a invasão de Portugal, no âmbito do Bloqueio Continental, está relacionado com a estratégia marítima e é um capítulo da guerra atlântica. A Inglaterra, por sua vez, realizando um tráfego intenso com as zonas tro-

⁽³⁰⁾ Jorge Borges de Macedo, *O Bloqueio Continental*, Lisboa, 1962, p. 28.

picais, jamais poderia deixar de se apoiar nas costas e ilhas portuguesas para enfrentar essa guerra ⁽³¹⁾. A falta de apoio naval por parte da França e as vitórias militares luso-britânicas, tiram toda a eficácia à acção francesa e não vieram a impedir a importação de matérias primas e o comércio de exportação de manufacturas.

Também o anunciado ódio aos ingleses, por parte dos portugueses, não era tão grande quanto os invasores o julgaram. A «protecção à francesa» com que jocosamente alguns folhetos classificavam o pretenso auxílio que Napoleão traria aos portugueses, para os livrar das garras da «pérfida Albion», cedo claudicou, iludindo Junot, que nos primeiros tempos da sua estadia, perante as facilidades com que deparou ao tomar posse de Lisboa, julgava ter na mão um território. Efectivamente, os portugueses no caso vertente, como em muitas outras ocasiões, preferiram a «protecção» inglesa ⁽³²⁾.

A imposição do Bloqueio veio, pois, a falhar nas suas fundamentais intenções mas marcou uma nova fase na luta que, desde Fevereiro de 1793, opôs a República e o Império ao poderio naval inglês. Com efeito, desde a derrota da primeira batalha que a França defrontou com a Inglaterra, foram postas a descoberto os vícios da sua organização marítima incipiente.

Quando o Directório atingiu o poder, uma mensagem ao Conselho dos Quinhentos afirmava: «as nossas esquadras humilhadas, batidas e bloqueadas nos portos, carecendo de víveres e de toda a espécie de material, enfraquecidas pela insubordinação, aviltadas pela ignorância, tal é o estado em que os homens a quem foi confiado o governo encontraram a marinha nacional» ⁽³³⁾. A expedição malograda de Hoche em 1796 e as pequenas expedições do ano seguinte, a vitória naval de Nelson em Aboukir, sobre a esquadra francesa, nas águas egípcias em 1798, o cruzeiro de Bruix no ano seguinte, cujo maior êxito consistiu em fazer aproximar a Espanha da República, são operações que, no seu conjunto, não ilustraram as forças navais francesas e não conseguiram isolar a Inglaterra ⁽³⁴⁾.

⁽³¹⁾ *Idem, ibidem*, p. 55.

⁽³²⁾ Em carta enviada, datada de 4 de Janeiro de 1807, pouco mais de um mês após a chegada de Junot, Napoleão recorda-lhe que estava num país ocupado e procedia «como se estivesse na Borgonha», ver Leon Lecestre, *Lettres inédites de Napoleon I*, Paris, 1987, p. 136.

⁽³³⁾ Citado por J. de Matta Oliveira, *O Poder Marítimo na Guerra da Península*, Lisboa, 1915, p. 27.

⁽³⁴⁾ Na armada de Nelson que combateu Bruix, incorporaram-se dois navios portugueses da esquadra do Almirante Niza.

O pequeno período que se seguiu ao 18 de Brumário e a boa administração de Bonaparte dão à República um período de paz que o acordo de Luneville, de Fevereiro de 1801, mais acentua. A França a partir daí, desvia da coligação europeia as grandes potências colocando a Inglaterra sob a ameaça da Liga dos Neutros. Era uma nova etapa que possibilitava a Napoleão acalentar alguns projectos marítimos para ameaçar a Inglaterra e forçá-la a uma paz.

O tratado de Amiens, que se pode classificar como uma simples suspensão de hostilidades, deu ao grande inimigo da França ocasião para forte reorganização das suas forças de mar e terra. Trafalgar, a vitória que consagrou Nelson, deu à Inglaterra o ensejo de, a partir de 1805, afastar para sempre o espectro de uma invasão no seu território e possibilitou-lhe a expansão da sua influência no continente. Dominado o mar podiam levar, agora, a força das suas armas aos lugares onde se tornava necessário enfraquecer o domínio francês. Pode pois, considerar-se essa batalha o termo duma primeira fase de luta. Os ingleses puderam, a partir daí, desembarcar em terra firme mudando o curso da luta, chegam à península onde, de início, pouco se afastam do litoral, para garantir a rectaguarda. Mais tarde, animados pelas vitórias, vão-se internando cada vez mais. Em breve, tomando como ponto de partida Portugal e a Espanha, transpõem a fronteira de França e, aí, em 1815, impõem a paz ao inimigo ⁽³⁵⁾.

*
* *

Da leitura dos documentos estudados verifica-se a incidência generalizada num mesmo pensamento: a única possibilidade de subjugar o maior inimigo da França, está na invasão de Portugal e, conseqüente quebra dos laços, fundamentalmente de natureza económica, que o prendiam à Inglaterra. A visão dos autores destes documentos, mais ou menos empírica, acaba sempre por insistir na circunstância de a Inglaterra dominar porque se aproveita de um país, bem colocado nas rotas comerciais, o qual lhe faculta os maiores privilégios. Este pensamento, a todos subjacente, encontra na sua execução uma efectiva barreira. A destruição do poder inglês não pode contar com a possibilidade de ataque directo ao seu território. A França está consciente de que o seu inimigo é possuidor de supre-

⁽³⁵⁾ Para o estudo dos confrontos navais entre a França e Inglaterra neste período, ver J. da Matta Oliveira, *ob. cit.*, pp. 13-167.

macia naval e que só Portugal poderá ser destruído. Como se explica então que não tenha objectivado o Bloqueio com auxílio naval?

Verifica-se, ainda, que a ideia de Bloqueio, não é mais do que uma insistente tentativa de aniquilar o poderio económico inglês. Essa tentativa subsiste durante o Directório, o Consulado e, projecto sempre adiado, só vem a executar-se em 1807, já em pleno Império.

Por outro lado, na objectivação do Bloqueio, parece não se ter tido em conta a possibilidade de mudança da coroa portuguesa para o Brasil, com as consequências conhecidas, entre as quais prevalece a da manutenção dos interesses comerciais ingleses, com um limitado interregno, para posterior aquisição de maior preponderância.

Alguns dos documentos analisados têm em conta estas duas circunstâncias que, tomadas em consideração, poderiam ter evitado o total falhanço francês.

As facilidades com que contava Napoleão na invasão e conquista de Portugal, saíram goradas. Esse pensamento também existente em parte dos documentos, não conta com as incidências de uma ligação ancestral aos interesses britânicos. Cedo mudou o ambiente geral de aceitação com que Junot deparou até à sua chegada a Lisboa e à tomada de posse do governo de toda a nação. A profusão de panfletos anti-napoleónicos e a agitação popular que se processou, a partir de Maio de 1808, no seguimento dos levantamentos espanhóis, mostraram que o domínio francês não era bem aceite e que, nas circunstâncias, o velho aliado era desejado.

Os soldados de Napoleão, tomados por agentes da revolução, não encontraram campo aberto num país que, ao contrário de Espanha, ainda não dera os passos necessários para uma abertura liberal. Muitos dos portugueses que poderiam ter favorecido a acção dos exércitos napoleónicos estavam fora do seu país a combater noutras frentes, ao lado dos franceses; a Legião Lusitana ao serviço de Napoleão continha, no seu seio, parte de uma elite, mentalmente evoluída, homens como o Marquês de Alorna, o qual, perante a alternativa da vitória da Inglaterra, proclama os seus sentimentos ao afirmar-se «verdadeiro português que escolhe uma operação violenta, mas necessária para salvação do país que lhe é tão querido» (36).

(36) Vidé «Coup d'oeil Topographique sur la manière d'entrer en Portugal», Memória do Marquês de Alorna enviada ao Príncipe de Wagram em 17 de Fevereiro de 1810, in António Pedro Vicente, *ob. cit.*, vol. III, pp. 215 a 222.